

A formação do Movimento dos Pequenos Agricultores - MPA: por soberania alimentar, contra a mercadorização do campo no Brasil¹

Ricardo Menezes Santos

Doutorando pelo Programa de Pós Graduação em Geografia da Universidade Federal de Sergipe – PPGEU/UFSE, Pesquisador do Grupo Estado, Capital, Trabalho e as Políticas de Reordenamentos Territoriais – GPECT/UFSE/CNPq, Professor de Educação Básica na Rede Pública Estadual em Sergipe
e-mail: ricardo1menezes@yahoo.com.br

Resumo

O movimento do capital, na extração de mais valia, por meio de sua reprodução ampliada, tem produzido exclusão social e miséria. O processo de financeirização da economia via agronegócio, no campo, controlado pelas corporações financeiras, representa a territorialização do capital subordinando o camponês à sua lógica. Entretanto, a resistência camponesa emerge como negação a essa aviltante condição. Nesta direção, o Movimento dos Pequenos Agricultores - MPA, desde a década de 1990, tem se especializado no Brasil e construído estratégias de reprodução do camponês, principalmente propondo uma produção de alimentos saudáveis que seja de acesso à população, inserida no projeto de Soberania Alimentar. Na consecução desta assertiva, o MPA apresenta estruturas envolvendo formação de construção da concepção camponesa entre os pequenos agricultores, sistema de agricultura que atendam o autoconsumo, com estrutura direcionada para a venda a baixos preços para todos os trabalhadores. Deste modo, o MPA busca construir novas formas de enfrentamento ao modelo do capital no campo que resulta em crise alimentar, segregação e expropriação.

Palavras-Chave: Movimento dos Pequenos Agricultores – MPA; reprodução camponesa; reforma agrária; agronegócio; Soberania Alimentar.

The formation of the Movement of the Small Farmers - SFM: for food sovereignty, against commodification the field in Brazil

Abstract

The movement of the capital, the extraction of the surplus value, through its expanded reproduction has produced social exclusion and poverty. The financial process of the economy through agribusiness, in the area, manipulated by financial corporations, is the territorial capital subordinating the peasant to his logic. However, peasant resistance emerges as denial of this demeaning condition. In this way, the Small Farmers Movement - SFM, since the 1990s, has skilled in Brazil and built reproductive strategies of the peasant, especially proposing a production of healthy food that is available to the population, inserted in the Food Sovereignty project . In pursuance of this assertion, the SFM presents structures involving formation of peasant construction design among small farmers, farming system that supports the self-consumption, with structure directed for sale at low prices to all workers. Thus, the SFM seeks to build new ways of confronting capital model in the field resulting in food crisis, segregation and dispossession.

¹ O artigo faz parte dos resultados de pesquisa de mestrado desenvolvida no Programa de Pós Graduação em Geografia da Universidade Federal de Sergipe – PPGEU/UFSE.

Keywords: Small Farmers Movement - SFM; peasant reproduction; land reform; agribusiness; Food Sovereignty.

La formación del Movimiento de Los Pequeños Agricultores – MPA: por la soberanía alimentaria, contra la mercantilización del campo en Brasil

Resumen

El movimiento del capital, en la extracción de más valía, a través de su reproducción ampliada, ha producido exclusión social y miseria. El proceso de financiarización de la economía a través de la agroindustria, en el campo, controlado por las instituciones financieras, representa la territorialización del capital subordinando a los campesinos a su lógica. Sin embargo, la resistencia campesina aparece como la negación de esta condición degradante. En este sentido, el Movimiento de los Pequeños Agricultores MPA desde los años 1990, ha especializado en Brasil y construido estrategias de reproducción campesina, proponiendo sobre todo una producción de comida saludable que sea de acceso a la población, insertada en el proyecto de la Soberanía Alimentar. En la consecución de esta asertiva, el MPA presenta estructuras envolviendo la formación de construcción de la concepción campesina entre los pequeños agricultores, sistema de agricultura que atiendan su propio consumo, con una estructura orientada a la venta a precios bajos a todos los trabajadores. Así, el MPA busca construir nuevas formas de enfrentamiento al modelo de capital en el campo que resulta en la crisis alimentaria, la segregación y el despojo.

Palabras clave: Movimiento de los Pequeños Agricultores – MPA; reproducción campesina; agroindustria; reforma agraria; Soberanía Alimentaria.

Introdução

A produção da desigualdade, da exclusão, da massificação da morte social tem sido a grande marca do capital nas últimas décadas. Os reflexos de sua expansão, de forma desigual e combinada, em todo o mundo têm relegado uma contundente marginalização da classe desprovida das condições materiais de existência. O crescimento da pobreza e da miséria acarretam em resultados palpáveis no que se refere ao processo de subordinação a que são submetidos no esteio do sistema de mercadorias.

A financeirização da economia na ótica da reprodução ampliada do capital conseguiu articular novas estratégias de acumulação, com isso, os grupos multinacionais foram beneficiados em uma multiplicidade de setores em que conseguem subtrair a riqueza e fomentar intensamente o lucro em detrimento da potencialização da pauperização e a expropriação de um enorme contingente populacional.

No campo, a estrutura foi montada para atender as necessidades do mercado, inserindo a lógica da produtividade e estabelecendo o agronegócio como estratégia de territorialização do capital. A sustentação dada ao agronegócio e a sua tecnificação, uma crise de alimentos tem se propagado, decorrente da submissão do campo ao modelo capitalista. Segundo a Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura –

FAO, no ano de 2009 o quantitativo de famintos ultrapassou o total de 1 bilhão de pessoas, reduzindo no ano seguinte para um total superior a novecentos milhões.

A realidade posta é a segregação, o campo foi invadido pelas corporações financeiras do setor agroalimentar e não somente essas, mas por todo um “arsenal”, cuja finalidade é a subsunção da terra, do valor de uso, enfim, da riqueza produzida por cada homem em cada país que ofereça condições para extração, principalmente entre os países da periferia do capitalismo. Entretanto, a contraposição e a resistência estão sendo construídas em várias frentes de lutas e nesse contexto, o Movimento dos Pequenos Agricultores - MPA, diante das investidas do capital para a expropriação camponesa tem construído, desde a década de 1990 a sua espacialização pelo território brasileiro, como estratégia de luta contra a expansão capitalista no campo. Nesta direção, nos propomos neste texto discutir como o capital através do agronegócio tem promovido a sua expansão e como o campesinato, via a construção e espacialização do MPA emerge como proposta de negação do capital na busca pela Soberania Alimentar. Esta discussão é resultado de pesquisa de mestrado desenvolvida no Núcleo de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Sergipe.

Agronegócio e fome versus produção camponesa e soberania alimentar no Brasil

A força do capital no território brasileiro, principalmente a partir da segunda metade do século XX, se constitui com a consolidação da opção nacional pela sua integralização ao capitalismo mundializado via o pacto da classe dominante interna com os grupos da classe dominante internacional. A preferência do Estado por este modelo de desenvolvimento econômico tinha como ideologia a modernização do país com o objetivo de superar o atraso, entretanto, essa estrutura faz parte de uma política comandada pela oligarquia agrária e pelos novos industriais do sudeste cujo discurso mascara a manutenção do atraso econômico e social e dessa forma, a permanência dos mesmos grupos no poder e suas estruturas arcaicas.

No campo brasileiro, o assalariamento foi a marca contundente do sistema de mercadorias que se utilizava desse mecanismo para reproduzir-se, ao mesmo tempo que mantinha relações não capitalistas de produção para assim, reproduzir o capital. A apropriação da terra pelas empresas internacionais consolidava a aliança entre agricultura e indústria, isto é, entre terra e capital e marcava o caráter concentrador da estrutura fundiária no Brasil. O desenvolvimento desigual posto no território a partir desta perspectiva sujeitou a produção camponesa e ampliou as possibilidades de extração da renda da terra. Com a

ampliação desse processo, a partir da década de 1990 por meio do neoliberalismo, o agronegócio ganhou força como sinônimo de produtividade e superação do atraso entre outras adjetivações no processo de mascaramento da realidade.

A materialização do agronegócio na estrutura econômica sob o domínio do capital financeiro ratifica a expansão da monopolização e da territorialização do capital no campo. Nesse contexto, a invasão das multinacionais com o consentimento do Estado permitiu o controle da produção agrícola e a sujeição da terra às intempéries do sistema de mercadorias.

O cumprimento dos fatores atribuídos à agricultura aconteceu à risca e a articulação de interesses agroalimentares se juntaram aos urbano-industriais, nas escalas nacional e internacional. As estruturas produtivas constituíram-se no que denominamos conglomerados agroquímico-alimentar-financeiros, que, desta feita, ultrapassam as raias comerciais dos mercados locais e dos produtos *in natura* e ganham as bolsas de valores (mercado de futuros), os esquemas especulativos. A *commoditização* passa a referenciar não somente as relações mercantis, como também os padrões de consumo alimentar das populações urbanas e a própria estrutura da produção agrícola do país, influenciando diretamente na segurança alimentar e, de forma mais contundente, na soberania alimentar. (THOMAZ JÚNIOR, 2009, p. 184).

Ao assumir este modelo, o Estado brasileiro, no cenário internacional, firmou o seu papel enquanto fornecedor de bens primários, para satisfazer os interesses internacionais e a “sede” de acumulação da classe dirigente da economia nacional.

Essa face da divisão técnica/territorial do trabalho expressa, por um lado, a perversidade da permanência dos países megadiversos, como o Brasil (com 23% da variabilidade global), como fornecedores de recursos biológicos com baixo valor agregado e consumidores de tecnologias dos países desenvolvidos, e, por outro, os conglomerados agroquímico-farmacêutico-alimentares, que, de forma consorciada ou operando em partes da cadeia produtiva, controlam a agroindustrialização/comercialização do produto e monopolizam as exportações. (THOMAZ JÚNIOR, 2009, p. 188).

Os grupos do agronegócio são beneficiados com a legislação e o aparato político, e em contrapartida a esse compadrio, os benefícios individuais vão sendo concedidos e a riqueza da população brasileira rapidamente exaurida. É nesse contexto que se faz importante à ampliação e a necessidade da terra. Com o agronegócio, a sua apropriação para o crescimento da monocultura é plausível, a obediência servil às regras de mercado transformou o país em um grande produtor de *comoditties* agrícolas para o comércio internacional pautado nessa conjuntura em dois pilares fundamentais: produtividade e especulação.

Segundo Gonçalves e Alentejano (2008, p.9), a feroz aquisição de terras agricultáveis pelo capital promove redução da produção de alimentos no Brasil; em

contrapartida, cresce a produção de agrocombustíveis como, por exemplo, a cana-de-açúcar, que tem ocupado grande parte da área de produção agrícola. O processo de crescimento da produção para exportação, não se dá somente com a cana, a soja também entra nesse circuito produtivo. O plantio de soja incorporou novas terras tornando-se um importante gerador de divisas, entretanto, trouxe consigo grandes problemas sociais e econômicos.

O aumento da área plantada com soja no Brasil resultou na incorporação de terras virgens à produção, bem como na substituição de outros cultivos por soja [...] A elevação do preço da soja no mercado internacional e a promessa de maior produtividade e mais baixo custo de produção oferecidos pela soja transgênica, foram os fatores responsáveis pelo aumento observado nesta monocultura. (MIRANDA *et all.*, 2007, p. 9).

O complexo do agronegócio brasileiro movimenta a lógica comercial destinada ao mercado no campo. A estrutura envolve aquisição de novas áreas pelo país, grandes somas de recursos, elevado padrão tecnológico, o que permite a intensificação produtiva devido às determinações do sistema para o plantio de agrocombustíveis e de ração para a alimentação do gado europeu. Diante dessa conjunção de fatores, vislumbra-se a certeza de que ao agronegócio e aos seus controladores tudo é permitido.

Apesar da força do agronegócio, representando a “joia” da atividade capitalista, há que se colocar a sua pequena participação no conjunto total no que se refere ao uso da terra no país. Mesmo apresentando uma grande força no PIB – Produto Interno Bruto brasileiro, o agronegócio, se comparado com a quantidade de terras não agricultáveis, responde a uma parcela pequena das terras no Brasil. De acordo com Ariovaldo Umbelino de Oliveira, mais de 310 milhões de hectares são de terras devolutas e estão sob a tutela das empresas privadas que não têm documentos de posses para comprovar o direito de propriedade². Esta situação que há entre os capitalistas revela a usura de querer auferir a renda da terra a todo custo e a expropriação da riqueza brasileira pertencente à sua população.

A escolha pelo modelo capitalista se assenta sobre a exclusão dos trabalhadores do campo e são incompatíveis as formas de produção camponesas e as que são orientadas para o mercado. Assim, a preferência pelo agronegócio, pela produção de *comodities*, pela especulação com a produção de alimentos tem alijado a pequena produção agrícola brasileira e promovido a alta dos preços. Entre outros aspectos relacionados a essa questão observa-se a importação de alimentos fundamentais para a cesta básica do trabalhador, mesmo tendo áreas para produzir internamente.

² Nota de trabalho de Campo realizado entre 12 e 16 de abril de 2010 – III Encontro Nacional do Movimento dos Pequenos Agricultores – MPA em Vitória da Conquista - BA.

Conforme Oliveira (2008), no Brasil, a problemática dos altos preços tem vínculos estruturais e conjunturais. Isso significa afirmar que, por exemplo, o aumento dos derivados de trigo tem relação com o bloqueio argentino no que se refere à exportação desse cereal para o país. O país é o maior importador mundial desse produto, entretanto, quando o mercado interno produz níveis satisfatórios desse grão exporta-se também. Isso evidencia a lógica neoliberal: vende-se para quem pode pagar mais.

O Brasil é o único país do mundo onde se prega essa tese maluca do neoliberalismo, de que a comida tem que ser oferecida no mercado a quem puder pagar mais, como propõe os economistas neoliberais. Claro que isso tira do país a possibilidade construir tanto segurança como soberania alimentar. A lógica do neoliberalismo é uma só: manda-se comida a quem paga mais, não a quem tem fome. Nem para o povo do próprio país esta oferta fica assegurada (OLIVEIRA, 2008, s/p.).

Essa lógica não se encerra somente com a produção de trigo que é alimento básico da população brasileira, outros cultivos de primeira necessidade como feijão e o arroz também são inseridos nesse processo, reflexo da negação da agricultura camponesa. A consequência direta é a insegurança alimentar no Brasil, apesar do país figurar entre os maiores produtores de grãos do planeta. Isso revela as fragilidades internas, como a posição subalterna do país no que diz respeito à impossibilidade de produzir o alimento de que a sua população necessita. Resultado de uma escolha que internamente favorece uma pequena parcela da sociedade e externamente as grandes corporações empresariais e sua dependência ao sistema capitalista.

[...] o controle sobre os espaços produtivos e esquemas de agroprocessamento e comercialização garante a esses poucos conglomerados capitalistas os preços dos produtos, inclusive os que compõem a cesta básica dos povos, como já ocorre no Brasil, com o arroz e o feijão, os quais seguem igualmente a marcha de ascensão dos preços. (THOMAZ JÚNIOR, 2009, p. 198).

A questão do acesso ao alimento perpassa diretamente pelo acesso à renda. O problema da fome no Brasil significa uma exclusão premeditada, montada, estruturada para não permitir o acesso ao alimento. Segundo Castro (2004, p. 266) ³, a fome em terras brasileiras tem relação direta com a proposta advinda da colonização, tudo o que não vislumbrasse vantagem mercantil não era apreciado pelo metropolitano. Desde sempre, neste país, conforme sua análise, as prioridades tinham ligação com os interesses dos monopólios estrangeiros, [...] “foram os interesses alienígenas que predominaram, orientando a nossa economia para a exploração primária da terra e para a exportação das

³ O médico sanitário Josué de Castro publicou o livro “Geografia da Fome” em 1946.

matérias-primas assim obtidas”. (CASTRO, 2004, p. 267). Essa questão, na concepção de Josué de Castro, é a “força motriz” do atraso secular aqui instalado, inclusive as decisões internas relativas à questão do desenvolvimento privilegiaram alguns espaços em detrimento de outros, evidenciando o desnível regional. E, somente a partir da compreensão desse aspecto, é que se pode entender que a fome no Brasil é sinal de uma contradição econômica. “A alimentação do brasileiro é insuficiente desde sempre”. (CASTRO, 2004, p.2).

A fome no Brasil tem lastro histórico, não é um fenômeno atual. A sujeição do país que é observada nesta atual conjuntura, apesar de ter vínculos estruturais, intensifica o fenômeno sendo que a impossibilidade de garantir o consumo diário de comida pelo brasileiro ressalta que a “raiz” desse problema está na pobreza gerada pelo não acesso à renda.

O combate à fome deverá ser orientado, basicamente, para aumentar os direitos dos pobres, dando-lhes acesso a alimentos e às demais condições (habitação, saneamento, serviços de saúde, educação etc.) para uma vida saudável. Isso poderia ser obtido através de um processo de redistribuição da renda e/ou desenvolvimento econômico acelerado, que beneficiasse particularmente os pobres, dando-lhes a oportunidade de ter bons empregos. Pré-requisito, a longo prazo, é um sistema de educação básica que dê a todos a possibilidade de exercício de uma profissão[...] (HOFFMAN, 1995, p. 170).

Percebe-se que há toda uma preocupação em possibilitar a ampliação do capital em detrimento das reais necessidades brasileiras. Essa circunstância torna-se perceptível ao se observar a contraditória expansão das exportações agrícolas e das necessidades de demanda interna de alimentos que se apresenta como uma dura evidência da realidade brasileira originada de uma má distribuição de renda. Outra questão perceptível é o aumento de trabalhadores despossuídos e sem destino diante da desestruturação econômico social no país. O entrelaçamento destes fatos reforça a importância da discussão da Questão Agrária brasileira.

Nesse contexto, o camponês surge resistindo e se contrapondo, como expressão de sua discordância desse modelo perverso, inclusive porque é a produção camponesa a grande responsável pelo abastecimento da população no que se refere ao consumo de alimentos no Brasil e, por esse motivo, constitui-se um entrave para as ambiciosas pretensões capitalistas.

Conforme o censo agropecuário publicado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas – IBGE em 2006, a pequena produção camponesa assume grande relevância para a alimentação no Brasil. Cerca de 70% dos alimentos produzidos e que chegam à mesa dos brasileiros são originados da pequena produção camponesa. As grandes

propriedades têm como finalidade a produção para exportação; apesar de terem as melhores terras, os subsídios e os recursos públicos, somente 30% do que produzem estão à disposição para o consumo interno. Em relação ao emprego de força de trabalho, a produção camponesa emprega em torno de 74% dos trabalhadores do campo; já as médias e grandes propriedades ocupam apenas 26%. Em média, na agricultura camponesa, em cada 100 hectares trabalham 15 pessoas, em contrapartida na mesma quantidade de hectares do agronegócio trabalham apenas 2 duas pessoas.

Quadro 1: Resumo do Censo 2006 – Informativo MPA

Camponeses	Agronegócio
14% do Crédito	86% do crédito
24% das terras	76% das terras
40% da produção global	60% da produção global
70% da produção de comida	30% da produção de comida.
74% da mão de obra ocupada.	26% da mão de obra ocupada.

Fonte: Movimento dos Pequenos Agricultores, 2009.

Organização: AUTOR

A efetividade da pequena produção camponesa no Brasil revela que, mesmo submetida às condições de opressão com pouca terra, ausência de incentivo, crédito reduzido, entre outros, consegue-se produzir em quantidade suficiente para alimentar a população, ao mesmo tempo denuncia-se a finalidade pautada no lucro da produção capitalista do agronegócio, que através de produtividade não resolverá a fome e a pobreza no campo.

Os dados do IBGE revelam que a alcunha de atrasado atribuída ao campesinato não tem validade e reflete a encarnação de uma força ideológica para a desmobilização do pensamento social sobre os pequenos agricultores. É inegável e têm sido amplamente difundidas as dificuldades enfrentadas por esses agricultores para permanecerem no circuito produtivo. Esta questão, aliada à realidade dos números, ressalta o importante papel do pequeno agricultor que pode produzir comida de qualidade evocando a tese da Soberania Alimentar que é uma perspectiva ainda incipiente no Brasil. A constante luta dos Movimentos Sociais do campo para garantir a Soberania Alimentar esbarra nas políticas de Segurança Alimentar utilizadas como forma de permitir a continuidade da subserviência brasileira aos ditames do capital. Muito se discute sobre Segurança Alimentar, principalmente através de políticas de Estado compensatórias e imediatistas, o que não dá certeza quanto à condição de garantia do alimento e nem de renda. Este fato impede o fortalecimento da proposta da Via Campesina de Soberania Alimentar que é concebida a partir da prática camponesa.

Segundo Rosset (2007), a Soberania alimentar somente será alcançada com a produção do pequeno agricultor, aonde quer que esteja; este é um princípio para negar as

regras de mercado que impedem o crescimento da economia camponesa. Nesse sentido, novas estratégias de desenvolvimento devem ser contempladas pensando no bem da coletividade e não nos interesses das empresas do setor agroalimentício.

Nesse sentido, ganha destaque a importância da terra enquanto garantia da reprodução da vida, enquanto substrato produtivo necessário. A terra se constitui como instrumento de garantia da permanência do homem no campo, além de justificar a necessidade da produção de alimentos para a população brasileira. É nesse contexto que a discussão sobre a Reforma Agrária ganha amplitude no campo.

A reforma agrária como premissa de garantia da soberania alimentar

No Brasil, a discussão da reforma agrária ganhou magnitude desde a segunda metade do século XX. Contudo, esse debate vai ser minimizado em nome dos interesses dos grandes proprietários de terras, isto é, todos os atos do Estado relativos ao campo não visavam promover o desmonte do latifúndio.

Durante todo o período da ditadura militar em que se acirraram os conflitos, apesar da promulgação do Estatuto da Terra em 1964, ficou nítida separação entre o político e o econômico nas discussões referentes à distribuição da terra clarificando as reais intenções dos governantes brasileiros que não se propunham a uma mudança estrutural no país. Os governos da ditadura foram autores de políticas pontuais no que se relaciona à questão da terra. Em nenhum momento houve a preocupação em beneficiar os camponeses transformando a estrutura agrária: “a reforma agrária vai manter a atual estrutura fundiária, pois a política do governo é realizá-la sem divisões de terras”. (MARTINS, 1985, p. 42).

A minimização das relações políticas de beneficiamento referentes a terra era forte devido à pressão exercida pelos grandes proprietários de terras e empresários, cuja intenção era angariar os mesmos benefícios e terem suas reivindicações atendidas. Denúncias desse tipo indicavam como eram fortes os entraves à reforma agrária, mesmo com a criação de instituições para intermediar a situação, como o INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. O cerne da discussão era o reducionismo ao máximo da Questão Agrária. (MARTINS, 1985).

A expansão capitalista é a grande marca do campo brasileiro nesse período. Desse modo ficava inviabilizada a proposta de reforma agrária, apesar dos constantes conflitos, o dito desenvolvimento proposto para o país não incluía o pequeno agricultor, isto era evidente com a venda do território a partir dos incentivos fiscais, isenções e o fortalecimento das empresas capitalistas. A lógica era clara: fortalecer o capitalismo no Brasil, expropriar o

camponês da terra e expulsá-lo para a cidade, tendo como resultado direto mais concentração de terra.

Com o advento da abertura política brasileira durante a década de 1980, o clamor social por mudanças estruturais o governo José Sarney é forçado à montagem do PNRA – Plano Nacional de Reforma Agrária. Entretanto, a organização latifundiária fundada por membros do Legislativo nacional impediu a consecução de reformas no campo: o que se observou foi a manutenção da estrutura fundiária altamente concentrada e o fracasso do plano. Oliveira (1999) ressalta que as lutas travadas na Constituinte com a finalidade de garantir uma Reforma Agrária mais ampla e irrestrita esbarraram na Constituição de 1988. Naquela ocasião, a bancada ruralista da UDR – União Democrática Rural - saiu vitoriosa, pois a legislação aprovada na Constituição Federal foi menos abrangente que o Estatuto da Terra, criado durante o governo militar, e a reforma agrária novamente foi desmantelada em nome da sustentação da elite conservadora.

A partir da década de 1990, os governos brasileiros relegaram ao esquecimento a questão da reforma agrária – de Fernando Collor a Fernando Henrique Cardoso ocorreu uma minimização de políticas para o campo e com isso, a reforma agrária foi definitivamente “guardada”, este fato fez eclodir os conflitos por terras trazendo ao cenário nacional a força dos Movimentos Sociais.

No início do século XXI, com a ascensão do governo Lula da Silva, a reforma agrária continuou no esquecimento, porém fortaleceu a subserviência às instituições financeiras internacionais. O que se observou foi a denominada reforma agrária de mercado com distribuição de terra, mas sem estrutura para o pequeno produtor, fortalecendo a pobreza no campo.

[...] a política compensatória de assentamentos rurais tornou-se um negócio para dar conta de interesses de momento, ora econômicos ora de matiz essencialmente política, de maneira a evitar as contrariedades que a luta pela terra poderia provocar na consecução dos interesses dos sujeitos sociais fundantes do pacto de apropriação privada das terras (e das águas) do país. Essa política compensatória de assentamentos rurais tem sido coerente com a concepção de mundo neoliberal exercida pelo Governo Lula, na qual a ética e a política são subalternas ao mercado. (CARVALHO, 2004, p. 10).

O projeto do capital para o Brasil não engloba a produção camponesa, aliás, o campesinato é um entrave para o sistema de mercadorias e para dissipá-lo a negação da terra aparece como aspecto condicional de sua total desestruturação e abandono. A reforma agrária é um viés para um começo que envolve uma mudança social, contudo, conforme Gonçalves e Alentejano (2008), nesse país se pratica o inverso da reforma agrária, pois, o que se verifica é o aumento do latifúndio.

No sistema do capital, a terra não é criação do trabalho humano, por isso dela se pode extrair uma renda social, significando sinônimo de renda acima do lucro médio. Para os capitalistas, esta realidade faz emergir uma intensa disputa pela sua posse principalmente nessas últimas décadas em que a sua valorização tem relação direta com a produção dos agrocombustíveis e, com o aprofundamento da crise estrutural do capital, dominá-la permite a inserção em um crescente mercado especulativo.

É nesse contexto que a reforma agrária ganha relevância para o campesinato e para a sua proposta de produção de alimentos, a Soberania Alimentar. O acesso a terra pode determinar, de acordo com a concepção do agricultor camponês, uma nova orientação produtiva no campo, possibilitando a partir de uma produção que não seja resolvida pelo mercado, uma mudança na estrutura social, diferentemente da expropriação camponesa observada nos países periféricos. Rosset (2007) aponta a possibilidade da posse da terra ao pequeno produtor como condição de produzir o alimento para a continuidade da vida. Contudo, não se deve prender-se ao fato de que a distribuição da terra sob qualquer aspecto pode gerar o sucesso imediato da agricultura camponesa. Essa assertiva levanta uma discussão que é mencionada por Oliveira (2007) ao discutir a questão da reforma agrária. Em suas observações, o sistema de mercadoria pode utilizar a reforma agrária como uma forma de estratégia para expandir-se ainda mais, porque ao permitir a propriedade da terra ao pequeno produtor pode sujeitá-lo ao processo de monopolização pelas grandes empresas e também transformá-lo em pequeno capitalista permitindo a concentração da terra. Contudo, é nesse processo de sujeição que outra situação se põe como fundamental: a perspectiva e necessidade de luta não só pela propriedade da terra, mas, sobretudo à luta contra o capital.

A reforma agrária aparece como uma estratégia, mesmo contraditoriamente sendo mecanismo do capital em sua essência, para espacialização camponesa. Segundo Oliveira (2007), a constituição da reforma agrária está atrelada ao movimento do Estado para a contenção das manifestações camponesas, então seu vínculo original foi pensado para coibir o descontentamento da população do campo e impossibilitar transformações na estrutura social, ao mesmo tempo em que visava dar a sustentação para a manutenção da extração da riqueza pelos detentores do capital.

A reforma agrária constitui-se, portanto, em um conjunto de ações governamentais realizadas pelos países capitalistas visando modificar a estrutura fundiária de uma região ou de um país todo. Ela é feita através de mudanças na distribuição da propriedade e ou posse da terra e da renda com vista a assegurar melhorias nos ganhos sociais, políticos, culturais, técnicos, econômicos (crescimento da produção agrícola) e de reordenação do território. Este conjunto de atos de governo deriva de ações coordenadas, resultantes de um programa mais ou menos elaborado e que

geralmente, exprime um conjunto de decisões governamentais ou a doutrina de um texto legal. (OLIVEIRA, 2007, p. 67).

As alterações advindas da reforma agrária no campo modificam a estrutura fundiária, todavia, não provoca mudanças no modelo capitalista imposto sobre a sociedade. Efetivamente há uma divisão dos grandes latifúndios ocorrendo uma distribuição com os demais trabalhadores e, isto implica um rompimento da grande propriedade de terras em poucas mãos. De maneira geral, essas reformas foram realizadas nos países periféricos onde a concentração de terras assumia números alarmantes. (OLIVEIRA, 2007, p. 68).

Cabe ressaltar que a contradição inerente a esse movimento suscita uma reflexão, apesar do capital ainda está na esfera social dominando as ações e com a posse da terra o camponês tornar-se um pequeno proprietário. A repartição da grande propriedade abre a possibilidade de uma luta que ultrapassa o entendimento da questão da terra em si, indo além, enveredando em uma luta pela mudança na estrutura como um todo.

A reforma agrária, se pensada conforme a concepção camponesa diferencia-se dos padrões dominantes e pode propiciar uma maior produção de alimentos e melhores condições de vida no campo. Esta proposta é fundamental para a obtenção da Soberania Alimentar segundo os Movimentos Sociais⁴. O direito de produzir alimentos livre das amarras das regras de mercado, somente pode ser concebida com o direito a terra pelo camponês. De acordo com a compreensão de Thomaz Júnior (2006), essa relação entre reforma agrária e Soberania Alimentar é importante diante do surgimento de uma nova postura da classe trabalhadora, fato responsável por uma nova dinâmica frente à imperiosidade do capital.

A criação de impossibilidades para a economia camponesa se faz de forma concreta, desde a sua desqualificação à sua expulsão definitiva do campo. Assim é montada a tática perversa para impedir a sua entrada na terra, resultando na impossibilidade da Soberania Alimentar.

A Soberania Alimentar também tem, em sua definição, os desafios de viabilizar ações práticas para enfrentar a fome, a pobreza e a miséria, não na perspectiva da segurança alimentar que pressupõe, via de regra, alternativas mercadológicas e manutenção de estoques reguladores para fazer o jogo do mercado e não para resolver a chaga da fome. Estamos, então, diante da *insegurança alimentar* e dos pressupostos que fundam os alicerces das mazelas e endemias sociais, as quais atingem cada vez mais as populações desempregadas, desterradas, empobrecidas e famintas. (THOMAZ JÚNIOR, 2006, p. 26).

⁴ Entende-se que entre os Movimentos Sociais há um debate referente a questão da Reforma Agrária, ao se colocar essa questão analisa-se em linhas gerais uma mudança estrutural, a partir da concepção camponesa e não dos mecanismos do capital.

A reforma agrária de mercado entra na trama de uma política do governo federal consorciado com instituições financeiras como o Banco Mundial a fim de promover a compra da terra para camponeses com pouca ou sem terra. No discurso do Estado está a centralidade da redução da pobreza, da redução de custos e a eliminação de conflitos. Entretanto, o que está subentendido é o favorecimento dos dirigentes políticos das diversas áreas em que ocorre esse processo. (RAMOS FILHO, 2009, p.6/7).

[...] as condições geográficas dos empreendimentos demonstram grandes limitações a desenvolvimento territorial destes que possibilitem a emancipação das famílias. Dentre suas causas vale ressaltar: a baixa capacidade política das associações, exigüidade territorial para o quantitativo de famílias mutuárias por empreendimento, freqüentes equívocos das equipes de assistência técnica, assim como a irregularidade da prestação de assessoria técnica, etc. Estes fatores têm determinado que parte dos trabalhadores destes programas sigam realizando sua subsistência mediante assalariamento nas fazendas circunvizinhas. (RAMOS FILHO, 2009, p.7).

A criação dos empreendimentos de RAM perpassa uma operação de financiamento bancário aos camponeses pobres para a aquisição à vista de um imóvel rural ou fragmento deste. A transação de compra e venda de imóveis rurais realiza a renda absoluta da terra, favorecendo diretamente os fazendeiros que disporão de dinheiro em espécie para a aquisição de terras em outros locais, investir em outros setores da atividade produtiva ou qualquer outra coisa, favorece os bancos que receberão os juros dos mutuários mediante a amortização do financiamento, já os mutuários, por sua vez, apresentam dificuldades de pagamento destas anuidades e quando o fazem, realizam mediante o comprometimento de parte significativa da renda da terra. (RAMOS FILHO, 2009, p. 7).

A reforma agrária pode representar a formatação de justiça social para o homem do campo, o seu impacto na estrutura fundiária poderia representar uma saída para problemas como a fome, a pobreza contribuindo para o fim de políticas assistencialistas.

A disponibilidade de terras para o plantio é elevada e pode atender às necessidades da agricultura capitalista e camponesa. A negação da reforma agrária se põe com uma série de fatores referentes ao seu processo de desmobilização como ser ultrapassada, custosa para os cofres públicos, promotora de continuidade da pobreza no campo, entre outros. Na verdade, o que se pode concluir é o falseamento próprio da aliança entre as grandes empresas e o Governo brasileiro para impedir uma mudança social no Brasil e esse atravancamento impede diretamente a constituição de um país sem fome, pois compromete a proposta camponesa através da Soberania Alimentar.

Segundo Ariovaldo Umbelino de Oliveira, a construção de uma política de Soberania Alimentar deve estar assentada em uma política econômica baseada em uma reforma agrária ampla, pois quem produz alimento no país é o camponês⁵.

⁵ Fala proferida no III Encontro Nacional do MPA em 2010.

Os camponeses observam que a reforma agrária e a soberania alimentar são alternativas que devem ser construídas pelos trabalhadores, do seu ponto de vista, e essa questão revela que o Estado não tem política para essa classe. Assim, os movimentos sociais lutam contra a expansão do capital no campo, pela construção de um modelo de reforma agrária e de Soberania Alimentar como projeto de sociedade. No bojo desse seguimento está o Movimento dos Pequenos Agricultores – MPA.

Na Busca pela soberania alimentar: a construção do Movimento dos Pequenos Agricultores - MPA na contracorrente do capital

A construção do MPA enquanto movimento tem relação direta com a expropriação dos agricultores familiares imposta pelo governo neoliberal brasileiro na década de 1990. Não se quer dizer que esse fato não ocorria anteriormente, pois, historicamente a negação dos direitos aos “pequenos”, sejam os trabalhadores rurais ou urbanos, tem sido um fato corriqueiro no Brasil. Porém, ocorre que naquele período o modelo neoliberal, no país, inicialmente via governo Fernando Henrique Cardoso, respondia veementemente aos projetos do capital por meio de instituições como o FMI e o Banco Mundial.

Conforme Gørgen (1998), durante a década de 1990, aliada à grave situação existente entre os pequenos agricultores, de ausência de políticas e subsídios que viabilizassem a produção, ocorria uma forte estiagem nos estados da região sul do Brasil: Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul. A problemática trazida pelo clima agravava ainda mais a situação econômica e social dos pequenos produtores.

O contexto dessa situação possibilitou o surgimento do MPA deixando exposta a preferência do Estado em relação ao projeto hegemônico do capital, mesmo se tratando de um problema extremo, em uma época de crise econômica e em um estado cuja produtividade agrícola é considerável a nível nacional. Clarificou-se o abandono da agricultura camponesa. Essa condição não foi e não é específica do Sul do Brasil, região em que ocorreu esses acontecimentos, envolvendo os pequenos agricultores naquele período, porém é uma situação que se alastra por todo o país, sendo uma condição intrínseca à história brasileira.

O momento do acampamento no Rio Grande do Sul em 1996 se caracterizou como fundamental, porque deu diretrizes concretas para o entendimento de como deveriam seguir os pequenos agricultores. Desse modo, pode-se inferir que o aprendizado com as mobilizações, formas de luta, decisões, encaminhamentos, organização, busca de consciência política, entre outros aspectos, tornaram-se muito expressivos na concretização do momento posterior do Movimento.

Internamente, no MPA, a busca pela consciência política e a aplicabilidade das diretrizes provenientes do aprendizado na luta estão presentes na condução diária da vida do Movimento. É nesse contexto que as lideranças buscam inserir o camponês a fim de levá-lo a compreensão de seu papel no mundo contra o modelo imposto pelo capital.

A partir dessa análise, é possível perceber que a constituição do MPA está ligada à presença do coletivo de agricultores chamada, pela liderança, de base. Os agricultores estão presentes em todas as etapas de formulação das decisões e nas manifestações públicas que envolvam grande contingente de pessoas. Segundo Görgen (1998), no início do Movimento, observou-se essa situação com a Caminhada de Montenegro a Porto Alegre, a ocupação da Secretaria de Agricultura em Porto Alegre, a ocupação do terreno da General Motors no Rio Grande do Sul, a manifestação na Expointer também no Rio Grande do Sul e os momentos decisivos da criação oficial do MPA. Durante a pesquisa de campo pelo semiárido sergipano, foi possível observar que em todas as manifestações, tanto as de caráter reivindicativos como as que assumiam uma condição de denúncia, eram feitas pelo coletivo de agricultores.

Segundo Görgen (1998), é com o coletivo dos grupos de base que o MPA foi oficializado em 12 e 13 de dezembro de 1997 no Rio Grande do Sul. Essa também foi à tônica do crescimento do Movimento em outros estados, naquele momento em Rondônia e depois no Espírito Santo. Entre marchas, mobilizações, manifestações, vigílias, reuniões, negociações entre outros, a força do coletivo, a força da base formada pelos camponeses deu uma nova concepção de organização para o Movimento Social e, dessa forma, reacendia uma ponta de esperança para a pequena agricultura no Brasil. Apesar das contradições, que são inerentes a todos os Movimentos, o MPA reúne em sua recente história uma marca de defesa dos trabalhadores do campo.

A mobilização das famílias pela busca de melhores condições de vida no campo, era uma resposta ao modelo de produção dominante que privilegiava/privilegia as grandes monoculturas para exportação e excluía/exclui os pequenos produtores do acesso às condições de produção, via investimentos públicos. Em vários estados brasileiros como Espírito Santo, Rondônia e Santa Catarina famílias de camponeses questionavam o papel de suas representatividades sindicais e discutiam uma nova forma de organização que respondesse às necessidades dos camponeses. Tendo como exemplo de luta no campo as ações de Movimentos como o MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra), o MPA foi criado, não como um Movimento que quer disputar com outras organizações já existentes no meio rural, mas despertar e organizar a classe camponesa para a tomada de consciência de sua situação e de seu potencial.

O processo de construção do Movimento contou com a contribuição de outras organizações camponesas como o MST, que trouxe uma nova forma de estratégias de enfrentamento das situações vivenciadas no campo como a luta direta das massas, a ocupação da terra, a visão de uma sociedade sem exploração e a organização de base. Além do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra, outros sujeitos tiveram participação

Na criação do MPA, entre eles, os educadores populares, que de acordo com o Movimento eram formados por pessoas ou entidades que ajudaram apresentando novas metodologias, experiências de cultivos agroecológicos, o debate das relações de gênero, a importância da participação familiar, a necessidade de formação política e a militância. Pode-se citar também os dirigentes sindicais, que continuavam no campo e que vivenciavam as dificuldades da pequena produção e não aceitavam a cooptação dos Sindicatos Rurais pelo governo.

O MPA, juntamente com outras organizações existentes no campo, integra a Via Campesina⁶, que se constitui como uma organização internacional criada no início da década de 1990 e que atualmente encontra-se por vários países da África, da Ásia, da América e da Europa, reunindo diversas organizações camponesas (pequenos e médios produtores), trabalhadores do campo, comunidades indígenas e movimentos formados por mulheres. O seu principal objetivo é a construção de um modelo agrícola que promova uma sociedade mais justa, que alcance a Soberania Alimentar a partir do entendimento dos trabalhadores e que busque um constante equilíbrio com a natureza (VIA CAMPESINA, 2010).

Para Picolotto (2008), a Via Campesina visa a construir novas formas socioeconômicas divergentes das existentes, pois, tem proposto estratégias de enfrentamento ao modelo capitalista presente no campo que é centralizado no agronegócio. Deste modo, constrói seu projeto político sustentado pelo conceito de campesinato com um modelo em contraposição ao capital, diferindo inclusive da conceituação de agricultura familiar. Na ótica da Via Campesina, a agricultura familiar objetiva a sua integração ao mercado, transformando os agricultores em pequenos capitalistas, enquanto em sua concepção se faz necessária a construção de um sujeito social, o camponês, que busca resistir ao sistema dominante, e, por isso, enfrenta as grandes empresas e as políticas de Estado que beneficiam a agricultura do capital. Essa problematização intenta a formulação

⁶ No Brasil a Via Campesina é composta pelos seguintes movimentos: MPA – Movimentos dos Pequenos Agricultores; MST – Movimentos dos Trabalhadores Rurais Sem Terra; MAB – Movimentos dos Atingidos Por Barragem; MMC – Movimento de Mulheres Camponesas; FEAB – Federação dos Estudantes de Agronomia do Brasil; CPT – Comissão Pastoral da Terra; PJR – Pastoral da Juventude Rural; ABEEF – Associação dos Estudantes de Engenharia Florestal; CIMI – Conselho Indigenista Missionário e Pescadores de pescadoras Artesanais.

de um plano político para a formação de uma nova estrutura de sociedade contrária à que está posta na atualidade, objetivando a formação de sujeitos sociais politicamente organizados.

O camponês, no entendimento do MPA, é o sujeito que mesmo inserido no sistema de mercadorias não se define como capitalista escapando às simples definições, pois, apresenta um modo de vida que o diferencia nas mais diversas localidades do planeta, constituindo, a partir de suas relações, formas distintas de produção que traduzem o seu entendimento de mundo e dessa forma a sua identidade, ou seja, apresenta características que lhe são próprias. Picolotto (2008) em seu estudo menciona que o projeto da Via Campesina no Brasil busca avançar na compreensão da identidade e do projeto do campesinato, demarcando conceitualmente o sujeito camponês e resgatando a sua resistência ao capitalismo. Desse modo, coaduna-se com o MPA que ressalta que a palavra camponês é fundamental para a identificação da luta de classes, confirmando-lhe a posição enquanto sujeito social, político e como classe social.

O MPA e a Via Campesina apresentam a mesma leitura sobre o avanço do capitalismo no campo. Observam que o atual modelo agrícola baseado no controle dos grandes proprietários e das empresas transnacionais prioriza a produção de monocultivos, cuja finalidade é a obtenção de altos lucros, mesmo que prejudique a natureza e introduza na composição dos cultivos produtos químicos que degradem a saúde humana. As ações de denúncia desencadeadas, tanto pela Via Campesina como pelo MPA, têm posto em destaque que a aplicação do modelo capitalista no campo tem causado sérios prejuízos à sociedade, seja pela organização da produção monocultora voltada ao atendimento à indústria, como é o caso do eucalipto, seja pela produção da monocultura da cana, cujos interesses estão direcionados à produção de agrocombustíveis. Desse modo, tem-se gerado aumento do desemprego e trazido sérios problemas para a natureza como a destruição do solo e o alto índice de desmatamento. Além disso, nesse contexto, ganharam relevância a difusão dos produtos transgênicos, a desnacionalização dos setores agrícolas de alguns países e o aumento da concentração da renda e da terra. Isto evidencia o processo de privatização de recursos como a terra e a água mostrando que o cerne da crise atual, que atinge principalmente as camadas mais pobres da população, está no esgotamento do modelo dominante e o aumento gradativo da fome no planeta.

A crise alimentar vivenciada no mundo, de acordo com o MPA e a Via Campesina, resulta de uma grave situação social visivelmente observada na alta dos preços dos alimentos e em sua escassez, originando o aumento da fome. Logo, essas organizações apontam a necessidade de um novo modelo agrícola que tenha como prioridade a Soberania Alimentar. Diante do fracasso do modelo capitalista da implementação de uma

agricultura pensada pelos pequenos produtores em que seja priorizada a produção de alimentos saudáveis e de forma diversificada se faz necessário, significando o direito da população de cada país de produzir seu próprio alimento, entretanto, isso requer o rompimento com o modelo dominante.

A proposta de agricultura do Movimento dos Pequenos Agricultores visa à garantia da produção de subsistência familiar, pois, acredita-se que diante da crise atual, os efeitos negativos gerados perpassam diretamente pelos pequenos agricultores que muitas vezes são excluídos e expulsos do campo. Deste modo, o que se coloca para os pequenos produtores é a resistência na terra. Conforme a análise do MPA, a estrutura produtiva vigente permite à destruição dos pequenos agricultores impondo-lhes uma agricultura, cuja finalidade é a produção de monocultura para angariar a lucratividade. Inebriados pelo discurso de que iam conseguir dinheiro com essa estrutura, muitos produtores de cultivos de subsistência abandonaram suas produções e acreditaram ser possível comprar, com o dinheiro obtido, tudo o que necessitavam. Todavia, a realidade foi bastante diferente, muitos não pagaram as suas dívidas e contraditoriamente tiveram que conviver com a fome (MPA, s/a).

Os fatos descritos respondem ao que o Movimento denomina de mudança cultural, ou seja, o modo de pensar dos trabalhadores do campo foi “invadido” pelos discursos do Estado e da classe detentora dos meios de produção que, com seus instrumentos de persuasão e controle, trouxeram a falsa ideia de modernidade centrada no abandono de suas produções para a subsistência e voltada para o atendimento ao mercado. Os resultados vão desde a compra de alimentos para a sobrevivência à total dependência de muitos agricultores para continuarem com sua produção.

A contraposição ao modo capitalista posto no campo, conforme o MPA, deve ser erigida a partir de uma nova forma de pensar a agricultura, iniciando com o resgate da sabedoria do próprio homem do campo e adentrando em uma nova dimensão que conduza a um novo aprendizado de como produzir. Para isso é necessário produzir para o autoconsumo, o que não quer dizer, no entendimento do MPA que deve haver um abandono da produção destinada ao comércio. “O primeiro passo para isto é produzir tudo na própria terra, com custeio barato, para comer. Não depender de comprar alimentação no mercado, a não ser aquelas poucas coisas que não têm como produzir em casa” (MPA, s/a, p.3). A proposta do Movimento dos Pequenos Agricultores é:

1º - Produzir em casa de tudo para comer bem, comida saudável e variada e garantir a subsistência familiar sem depender de comprar comida no mercado.

- 2º - Produzir para o comércio alguns produtos que tragam boa renda com tecnologias de baixo custo e que dependam o mínimo possível das grandes empresas agroquímicas e seus produtos caros que só dão lucro para eles.
- 3º - Iniciar imediatamente a mudança de modelo tecnológico, saindo da agricultura química e entrando na agricultura ecológica, também na produção para o mercado (MPA, s/a, p. 05).

O MPA apresenta uma concepção de produção de alimentos saudáveis que promova uma clara distinção entre a proposta camponesa e o modelo dominante do agronegócio. Assim o seu Sistema de Agricultura⁷ objetiva a produção das próprias sementes, sejam aquelas consideradas básicas, como aquelas que apresentem variedade específica; há também um projeto de melhoramento genético em que é prevista a recuperação, a reprodução e o beneficiamento das raças com cruzamentos de animais comuns e os de raça visando à garantia da resistência e o aumento da produção de carne e leite; outro ponto debatido é a adubação orgânica com utilização de fertilizante natural e plantas que promovam a recuperação do solo fazendo um trabalho *in natura* e minimizando o uso de adubos industriais; o controle biológico das pragas nesse modelo se dá pela biodiversidade e pelo desenvolvimento de formas baratas e biológicas quando houver uma situação diferenciada de pragas no plantio. Com o intuito de possibilitar a recuperação da biodiversidade e o equilíbrio natural, propõe-se a plantação de árvores frutíferas nativas.

Essa proposta coaduna-se com um dos objetivos do MPA: “Produzir para encher a mesa de comida”.

Uma boa horta com verdura à vontade e um horto com plantas medicinais para os chás e remédios caseiros. Galinheiro cercado, chiqueiro de porcos, um bom potreiro para o gado, para não faltar carne, nem banha, nem leite, nem queijo, nem salame o ano todo. Produzir todos os tipos de miudezas que se pode aproveitar para comer uma alimentação saudável e variada. Recuperar o costume das indústrias caseiras de compotas, chimias, açúcar mascavo, melados, doces, etc (MPA, s/a, p. 10).

O sistema de Agricultura escolhido pelo MPA contempla uma ampla produção de alimentos, para o consumo da unidade de produção camponesa, ao mesmo tempo planeja a produção para a venda no mercado, utilizando o que há na propriedade, com baixo custo e planejando o que produzir e vender de acordo com a realidade da localidade em que o pequeno agricultor esteja inserido: leite, frutas, feijão, milho, soja, trigo, mandioca, entre outros. Nesse sentido, o Movimento chama a atenção para a organização como aspecto fundamental a fim de que o pequeno produtor não se submeta às amarras do atravessador

⁷ Esse sistema definido pelo MPA como Agricultura ecológica busca também reduzir a dependência do agricultor frente às multinacionais que vendem adubos, venenos e sementes; baixa os custos de produção e possibilita a produção de comida saudável e não contaminado de venenos (MPA – Produzir Comida para o povo Brasileiro, 2002, p. 14).

e dessa forma, proponha a criação de “espaços de mercados” para facilitar a penetração no comércio.

Considerações Finais

A reprodução ampliada do capital é a tônica da financeirização da economia mundializada. A extração da riqueza para apropriação da mais valia encontra maior amplitude neste tempo presente e resulta de uma construção do sistema, cuja condição tem sido possibilitada devido à configuração de todas as esferas da sociedade para o atendimento da estrutura capitalista. Desse modo, segundo Luxemburgo (1984, p.12), o entendimento sobre a acumulação não se encerra na produção da mercadoria, pois, torna-se um meio para o apoderamento da mais valia, inclusive indo além dos limites concernentes ao sistema, tornando-se fundamental para tal ampliação, através de formas de acumulação não capitalistas.

A busca pela expansão capitalista conduz às corporações e aos seus sujeitos a montagem de uma estrutura para ampliar o seu “espaço” na sociedade. Toda essa engrenagem não se dá de forma aleatória, pelo contrário há toda uma intenção de alargar as práticas da extração da riqueza através das regras estabelecidas pelo sistema. “Para o capitalista individual, a ampliação da reprodução se expressa pelo acréscimo de parte da mais-valia apropriada ao capital, ou seja, ele acumula. Acumulação ou transformação da mais-valia em capital ativo é a expressão capitalista da reprodução ampliada”. (LUXEMBURGO, 1984, p. 13).

Nesta direção, a expansão do agronegócio, no processo de financeirização que se estende ao campo tem se efetivado como um instrumento de exclusão do campesinato. A transformação da terra, do trabalho e do homem em mercadoria tem se constituído como forma do controle social, daí mesmo com toda a estrutura disposta para o mercado que, garante produtividade e rentabilidade garante para a população a espetacularização da miséria.

Na contracorrente a esse modelo, o Movimento dos Pequenos Agricultores-MPA constrói as suas estratégias de luta, como contraposição diante das crescentes expropriações sofridas pelo campesinato ao longo do tempo, principalmente nas últimas décadas em que foi tácito o aprofundamento das relações capitalistas. A proposta do MPA de garantir um campo para a produção de alimentos para a população consumir nega a expansão do capital. Desse modo, as lideranças do Movimento entendem que o MPA e o campesinato em si estão no protagonismo das ações relativas à oposição da “mercadorização” do campo e do conjunto social como um todo.

Referências

CAMPOS, Christiane Senhorinha Soares Campos. CAMPOS, Rosana Soares. Soberania Alimentar Como Alternativa ao Agronegócio no Brasil. In: **Scripta Nova** - Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales. Barcelona: Universidade de Barcelona, vol. XI, nº 245, agosto de 2007.

CARVALHO, Horácio M. de. Política Compensatória de Assentamentos Rurais como Negação da Reforma Agrária. **Revista NERA**. Presidente Prudente, n. 7, Ago/dez., p. 113-122, 2004. Disponível em: <http://www2.fct.unesp.br/nera/revistas/05/10_horacio_carvalho.pdf>. Acesso: em 01.02.2012

CASTRO, Josué de. **Geografia da Fome**. O dilema brasileiro: pão ou aço. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2004.

GONÇALVES, Carlos Walter Porto. ALENTEJANO, Paulo. Geografia Agrária da Crise dos Alimentos no Brasil. **Anais Encontro Latino Americano**, s/p, 2008. Disponível em: <http://latinoamericanos.posgrado.unam.mx/EVENTOS/EVENTOS2008/geografia/geografiabloque2_3.pdf>.

GÖRGEN, Frei Sérgio Antônio ofm. **A Resistência dos Pequenos Gigantes**. Petrópolis, Editora Vozes, 1998.

HOFFMANN, Rodolfo. Pobreza, Insegurança Alimentar e Desnutrição no Brasil. **Estudos Avançados**. vol.9 no. 24, São Paulo, Maio/Agosto, p. 159-172, 1995. Disponível em: <<http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103>>. Acesso: 10 de março de 2011.

LEITE, Sérgio. Seis comentários sobre seis equívocos a respeito da reforma agrária no Brasil. **Revista NERA**. Presidente Prudente, n.9 – JUL/DEZ, p. 144-158, 2006. Disponível em: <<http://www2.fct.unesp.br/nera/revistas/09/Leite.pdf>>. Acesso: em 01.02.2012.

LUXEMBURGO, Rosa. **A Acumulação do Capital: Contribuição ao Estudo Econômico do Imperialismo**. Volume I. São Paulo, Abril Cultural, 1984.

MARTINS, José de Souza. **A Militarização da Questão Agrária No Brasil**. São Paulo: Vozes, 1985.

MIRANDA, Ary Carvalho de. MOREIRA, Josino Costa. CARVALHO, René de. PERES, Frederico. Neoliberalismo, Uso de Agrotóxico e a Crise da Soberania Alimentar no Brasil. In: **Revista Ciência & Saúde Coletiva**: São Paulo, vol. 12, nº 01, p. 7-14, 2007.

MOVIMENTO DOS PEQUENOS AGRICULTORES – MPA. **Produzir Comida Para o Povo Brasileiro**. Organizar – Produzir – Alimentar. Brasil, 2002.

MPA. **A Produção de Subsistência Familiar – Agricultura Ecológica**, s/a.

OLIVEIRA, Arioaldo Umbelino de. **A Geografia das Lutas no Campo**. São Paulo, Editora Contexto, 1999.

OLIVEIRA, Arioaldo Umbelino de. **Modo de Produção Capitalista, Agricultura e Reforma Agrária**. São Paulo: FFLCH/Labur edições, 2007.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. Crise dos Alimentos ou Crise do neoliberalismo. In: **Jornal Sem Terra**, Porto Alegre, 3 maio. 2008a. Disponível em: <[HTTP://www.mst.org.br/jornal/282/](http://www.mst.org.br/jornal/282/)> Acesso em 02 de setembro de 2010.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino. Agrocombustíveis e Produção de Alimentos. In: **Jornal da Ciência**. São Paulo, 17 de abril de 2008b. Disponível em: <http://www.jornaldaciencia.org.br/Detailhe.jsp?id=55548> Acesso em: 30 de setembro de 2010.

PICOLOTTO, Everton Lazzaretti. “Quando novos atores entram em cena o que muda? A construção de representação política dos agricultores de base familiar no Sul do Brasil”. **Revista Eletrônica Espaço Acadêmico**, n. 91, s/p, 2008.

RAMOS FILHO, Eraldo da. Os Impactos Socioterritoriais da Reforma Agrária e do Crédito Fundiário (2003 – 2006). In: IV Simpósio Internacional de Geografia Agrária, 2009. Niterói-RJ. **Anais: IV Simpósio Internacional de Geografia Agrária**. Disponível em: <http://www.uff.br/.../Eraldo%20da%20Silva%20Ramos%20-%20CC.pdf>. Acesso em: 01.04.2012

ROSSET, Peter. Alternativa à Política Fundiária de Mercado: Reforma Agrária e Soberania Alimentar. In: **Capturando a Terra**. São Paulo: Expressão Popular, 2006.

THOMAZ JÚNIOR, Antônio. Trabalho, Reforma Agrária e Soberania Alimentar. Elementos para Recolocar o Debate da Luta de Classes no Brasil. **Revista Pegada Eletrônica**. Presidente Prudente, vol 7, nº 2, novembro, p. 103-122, 2006.

THOMAZ JÚNIOR, Antônio. Desenvolvimento Destrutivo das Forças Produtivas, a Insustentabilidade do Capital e os Desafios para a Produção de Alimentos. In: THOMAZ JÚNIOR, Antônio. FRANÇA JÚNIOR. Luizomar (Orgs.). **Geografia e Trabalho no século XXI**. Presidente Prudente, editorial Centelha, 2009, p. 176-216.

VIA CAMPESINA. Plataforma da Via Campesina para Agricultura. 2010. Disponível em: <http://www.mpa.blogspot.com.br>. Acesso em: 01 fev. 2011.

Sites Pesquisados

Recebido em 15 de julho de 2015

Devolvido para correção em 23 de maio de 2016

Aceito para publicação em 23 de junho de 2016